

A CONSTITUIÇÃO DA IDENTIDADE MASCULINA. ALGUNS PONTOS PARA DISCUSSÃO

Maria Juracy Toneli Siqueira¹

*Departamento de Psicologia
Universidade Federal de Santa Catarina*

Através da apresentação de alguns dados de um estudo de caso de uma família de classe subalterna urbana e suas famílias de origem, este artigo pretende discutir os elementos que contribuem para a constituição da identidade de gênero, em especial a masculina. Esta família foi escolhida por apresentar, ao menos temporariamente, uma inversão na divisão sexual do trabalho: o marido, desempregado, ocupava-se da lida doméstica e do cuidado dos filhos, enquanto a esposa, através de seu trabalho extradoméstico, era responsável pela manutenção do grupo. A abordagem sócio-histórica nos ajuda a compreender a constituição do sujeito nas e pelas relações sociais. De uma maneira análoga, utilizamos esta abordagem para discutir a constituição da masculinidade e da feminilidade.

Descritores: Masculinidade. Identidade de gênero. Divisão de trabalho. Trabalho doméstico. Família.

A matriz de pensamento que norteia este trabalho, no campo da Psicologia ou, como preferem alguns, no vasto campo das Psicologias, é comumente designada *sócio-histórica*. Sua origem encontra-se no paradigma oriundo do materialismo histórico e seu método é o dialético. Especificamente falando da perspectiva do desen-

¹ Professora adjunta do Departamento de Psicologia/CFH/UFSC, bolsista PICD/CAPES junto ao programa de pós-graduação do Instituto de Psicologia da USP nível Doutorado.

volvimento humano, ancora-se nos pensadores russos, em especial Vygotsky, e, também, na França, em Wallon. Parto, portanto, de uma abordagem que, ao discutir a natureza do psiquismo humano, relaciona a afetividade, a linguagem e a cognição com as práticas sociais, uma vez que percebe o homem como inalienavelmente social, ou seja, tudo aquilo que o torna homem pertence à ordem do social, ao mundo da cultura, ao universo simbólico historicamente construído. A consciência é cunhada na vida social, uma vez que as formas culturais de organização da vida e dos sujeitos humanos fornecem aos indivíduos os meios (conhecimentos, técnicas e instrumentos) e os motivos para as suas ações.

A experiência e o conhecimento socialmente produzidos e acumulados ao longo da história, pelas gerações precedentes, são apropriados pelos sujeitos através das relações sociais que lhes fornecem os recursos sógnicos mediadores das ações humanas. A criança apropria-se, portanto, do saber socialmente produzido, através das ações partilhadas com os outros significativos, incorporando as significações a elas atribuídas e modificando-as conforme sua vivência singular. Estas ações, por sua vez, ocorrem em situações também social e historicamente determinadas. Ao mesmo tempo em que se apropria deste saber, a criança modifica a si mesma, enquanto organismo biológico e enquanto sujeito cultural, produzido e produtor de cultura. A satisfação de suas necessidades, por exemplo, mesmo aquelas de ordem biológica, como a fome, está inexoravelmente inserida no contexto cultural.

Os signos não são criados ou descobertos por um único sujeito individual. São produzidos socialmente pelos sujeitos que, ao mesmo tempo, apropriam-se dos recursos sógnicos já existentes. Nas suas relações com parceiros mais experientes, esses últimos atribuem significações a suas ações em situações objetivas, nas quais determinadas formas de relações sociais e de uso de signos estão presentes. Atos interindividuais criados nas situações partilhadas, progressivamente, convertem-se em ações intraindividuais. Particularmente, processos verbais adquiridos e dominados pela criança, de início como atos tendentes à satisfação de determinadas necessidades, tornam-se instrumentos do

pensamento e de toda a organização e regulação do seu comportamento (Oliveira, 1995).

Em se considerando que criança e parceiros mais experientes não são “ilhas” e não estão à margem de toda a organização social mais ampla, que por sua vez é profundamente estratificada, as significações atribuídas às ações partilhadas são oriundas, então, de um complexo amálgama fruto de entrecruzamentos de ordens diversas, como classes, gênero, etnias e assim por diante.

Ao se relacionar com parceiros mais experientes, em tarefas culturalmente estruturadas com seus complexos significados, formam-se “sistemas partilhados de consciência” em contínua transformação. A criança desenvolve, então, formas mais complexas de se relacionar com as pessoas, de simbolizar o mundo, de perceber suas próprias necessidades.

Nas situações partilhadas, a atividade interpessoal é tão integrada que os indivíduos, particularmente as crianças pequenas, têm dificuldade de perceber sua ação separada da do parceiro. Com a experiência, há progressiva individuação, diferenciando-se os pólos da relação, em movimentos de alternância, confronto e superação. O processo de individuação, portanto, inclui o confronto com o outro da relação, momentos de imitação e de oposição a ele.

Para Wallon, citado por Oliveira (1995),

as estruturas da consciência e da personalidade surgiriam dos desdobramentos e oposições provocados pela emoção, recurso inicial que o bebê dispõe para agir. Ela une os indivíduos, de início, por condições orgânicas e suscita reações similares ou recíprocas entre eles, conforme negociam as interpretações que emprestam à situação vivida através de suas ações. (p.53).

Continuando acerca do papel do afeto, Oliveira afirma:

Das emoções, graças à imitação, nascem as representações coletivas que ampliam o acesso da criança ao meio simbólico e cultural que a envolve. (...) Ao mesmo tempo que a consciência emergiria da emoção, abrindo caminho para a representação, ela se oporia às atividades intelectuais que, por sua vez, inibiriam a agitação emocional. (1995, p.53).

Segundo a perspectiva sócio-histórica, na evolução das sociedades os homens foram elaborando objetos, convenções, signos, como forma de registrar e transmitir determinadas informações no processo de trabalho (Oliveira, 1995, p.54). As funções psicológicas vão sendo construídas no processo de apropriação da experiência histórico-social partilhada ocorrendo por meio das interações que se estabelecem entre o indivíduo e outros parceiros, ou seja, nos assinalamentos que ocorrem nessas situações (Vygotsky, 1987), no confronto das posições assumidas pelos parceiros (Wallon, 1981).

No caso da constituição da identidade de gênero, podemos caminhar por um raciocínio análogo. Pode-se considerar que o conceito de identidade traz, pelo menos, três noções implícitas: a) a idéia de igualdade, tal como propalada na modernidade através da declaração dos direitos do homem; b) a idéia complementar de singularidade, ou seja, de que todo homem é único, singular; e c) a idéia de que o sujeito singular, portador de uma história pessoal constituída através de suas relações com outros sujeitos e inscrita no movimento da história, pode se reconhecer na sua individualidade. Apesar de cada homem possuir uma história singular, nela encontra aquilo que compartilha com os outros e que torna cada biografia inteligível para os demais. Como a identidade significa não apenas o que sou, mas quem sou situado no tempo e no espaço sociais, ela constitui-se como uma experiência cultural (Mello, 1994). A presença do outro é condição de possibilidade para a constituição e afirmação da identidade.

A identidade de gênero pode ser compreendida dentro deste dinamismo como uma das facetas da identidade do sujeito. Em se tratando gênero² como uma categoria relacional e sócio-histórica, há que se considerar, portanto, a constituição da identidade de gênero como um percurso constituinte e constituído na trajetória do sujeito interativo, a

² Cabe lembrar que a categoria gênero foi gestada pelo feminismo anglo-saxão para enfatizar o caráter de construção social e histórica das distinções de sexo, correspondendo ao que as francesas denominam “relações sociais de sexo”

partir das inúmeras relações que este sujeito traça com os outros significativos que partilham mediata ou imediatamente sua experiência.

Uma vez que na ação partilhada o sujeito internaliza o significado da ação coletivamente produzido, e que as ações são marcadas por significações históricas e socialmente construídas, significações essas que circulam amplamente entre as classes e circunscritamente na relação dialógica, como aponta Bakhtin (1981), o sentido de gênero está sempre inscrito nelas, sendo, portanto, apropriado pelo sujeito. Com o termo apropriação quero enfatizar o papel do sujeito que é determinado por suas condições concretas de existência, mas apenas limitadamente, uma vez que se o fosse de forma absoluta não o consideraria enquanto sujeito. Apropriar-se, então, inclui, a meu ver, movimentos dialéticos de acomodação e resistência às pautas sociais.

Falar em masculino e feminino, parece-me, por consequência, um equívoco, já que as vivências neste campo são múltiplas, assim como as mentalidades a elas correlatas.

Necessário se faz, então, contextualizarmos, no mínimo, no tempo e no espaço, em primeiro lugar, de onde estamos falando, e, em segundo lugar, de quem estamos falando.

A minha experiência mais recente neste campo tem se dado com relação a uma situação específica. Trabalhando em um projeto de pesquisa-ação desenvolvido por uma equipe do Departamento de Psicologia da UFSC, junto a uma escola pública da rede estadual, em Florianópolis, através de visitas domiciliares às famílias das crianças que compunham duas turmas de pré-escola, identificamos seis famílias em que o grupo familiar era sustentado pelo trabalho extradoméstico das mães, basicamente como empregadas em casas mais abastadas da região circunvizinha e os pais, desempregados, se ocupavam dos cuidados da casa e da prole. Uma aparente inversão na tradicional divisão sexual do trabalho na família estava operando-se ali. A hipótese de que tal situação era oriunda da crise econômica e do mercado de trabalho não me satisfazia integralmente, uma vez que inúmeros outros pais foram identificados como desempregados e não se ocupavam das atividades

domésticas como aqueles. Em sua maioria, bebiam e jogavam sinuca nos bares da região.

Decidi investigar melhor a situação, inclusive pelo fato constatado, inicialmente, de que estes homens “*donos-de-casa*” pareciam estar se dando bem no exercício daquelas atividades e se encontravam aparentemente satisfeitos. Todas estas famílias eram habitantes de um mesmo bairro, considerado como “área carente” pelo IPUF³, tinham renda mensal entre um e dois salários mínimos e uma prole de dois a seis filhos, todos menores de 14 anos. Apesar de morarem no mesmo bairro, não mantinham relações entre si.

Uma família e um homem, em particular, chamaram minha atenção. Era ele que se autodenominava “*dono-de-casa*” Na primeira vez em que o localizamos, Maurício estava envolvido com a preparação do almoço e com o cuidado com a filha caçula que estava doente. Com a criança febril no colo, mexendo as panelas no fogão, tentando controlar os outros filhos no pequenino casebre, ele em nada diferia de inúmeras mulheres em situação semelhante. O que possibilitou que este homem escolhesse (e mais tarde, tornou-se claro para mim que se tratava de fato de uma escolha) esse exercício?

Somente através do rastreamento da história de vida dos parceiros, dos membros de suas famílias de origem e sua recomposição articulada com questões histórico-sociais mais amplas, bem como com um percurso prolongado de observações participantes do cotidiano dessa família, é que foram se desvelando as significações atribuídas por estes sujeitos a esferas como a família, o trabalho, a parceria, a maternidade e a paternidade, entre outras, que funcionaram e funcionam como organizadores de suas práticas.

3 O IPUF, Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis, inventaria, de tempos em tempos, através de uma caracterização sócio-econômica, os bairros do município. Nesta caracterização incluem o levantamento dos recursos e necessidades da região, definindo área carente como aquela na qual as famílias têm renda média de 0 a 3 salários mínimos e enfrentam problemas nas áreas da habitação, saneamento básico e equipamentos coletivos.

Assim, a distribuição sexual do trabalho na família, a inserção no mercado de trabalho de forma assalariada ou não, os padrões de interação com a vizinhança e com as famílias de origem, a relação com os filhos inscrevem-se neste quadro amplo em que elementos de ordem simbólica estão sempre presentes, mediando as interações e as ações no mundo.

O trabalho, por exemplo, parece ter uma significação singular. Trabalho, cansa, trabalha, inscreve-se em suas vidas, aparentemente, da mesma maneira que para a maioria dos sujeitos pertencentes às classes subalternas. É trabalho manual, penoso, não-qualificado, mal remunerado, explorado, alienado. É trabalho que garante o mínimo necessário à sobrevivência ou, rigorosamente falando, nem ao menos isso. Possibilita, no entanto, a busca da consecução dos objetivos do casal, ou seja, a construção, da casa de alvenaria, e a garantia da escolarização dos filhos.

Trabalho, para eles, é tudo aquilo que é necessário (em termos de tarefas) para garantir a manutenção da própria vida e sua reprodução. E mais do que isso, é o meio pelo qual o casal pode tentar concretizar melhores condições de vida para si e para seus filhos. Não é trabalho que permita a realização do sujeito ou a construção de uma identidade profissional. É meio apenas. Constitui-se de atividades diversificadas que surgem de acordo com o que o mercado oferece, no caso do trabalho extra-doméstico, todas elas ligadas ao setor terciário e à prestação de serviços. Os “bicos” incluem-se aqui como alternativas à forma assalariada, que nem sempre está disponível ou é rejeitada pelo casal em função do momento e das estratégias para alcançar seus objetivos. Em determinadas épocas, por exemplo, optam pelo desemprego e pelas atividades sem registro em carteira, como forma de obter o dinheiro do FGTS e do seguro-desemprego. Esta pequena quantia é utilizada para a aquisição de parte do material de construção, assim como o tempo disponível é preenchido pela edificação da moradia de alvenaria.

Vêm a inserção da mulher no mercado de trabalho facilitada em relação ao homem, uma vez que há demanda por empregadas domésticas, enquanto que as colocações masculinas, em geral, são em empresas que têm vagas limitadas. Argumentam, ainda, que, como não têm, ambos,

sequer o 1º grau completo, só conseguem empregos nos quais o trabalho é menos qualificado e pior remunerado.

Por sua vez, o trabalho doméstico inscreve-se nas lidas quotidianas da família. Neste sentido, não difere do executado no espaço extra-doméstico. Questionado a respeito do fato de desempenhar as atividades domésticas e, ao mesmo tempo, não gostar que suas filhas façam “coisas de menino”, como soltar pipa, o marido justifica dizendo que “*faz parte do serviço, da parte prática do serviço*” “*Soltar pipa é brincadeira*”, como ele mesmo diz.

Como encaram as tarefas de casa como “serviço”, todas se envolvem com elas, na medida do possível, desde mãe e pai, até as crianças, independente do sexo. Uma das dificuldades que enfrentam aqui diz respeito à resistência dos filhos em envolverem-se com atividades que extrapolem a esfera do lazer, fato que parece freqüente atualmente em todas as classes sociais. É inegável que as crianças de classes subalternas acabam trabalhando precocemente. A filha mais velha, por exemplo, tem trabalhado como *baby-sitter* para uma tia. Havia pensado, anteriormente, em trabalhar como empacotadora em supermercado, inserida em projeto desenvolvido pela Prefeitura. As tarefas domésticas, entretanto, parecem ser também desqualificadas pelos mais jovens (neste caso específico, pelos filhos), reproduzindo o valor a elas atribuído socialmente.

Segundo Maurício, as atividades femininas, as “coisas de mulher” são: cozinhar, lavar a louça e a roupa, passar, arrumar a casa, cuidar dos filhos. As “de homem” são: limpar o quintal, consertar coisas como eletrodomésticos e fazer reparos na casa, construir a casa. O trabalho feminino em casa é visto como cansativo e exige um saber-fazer, segundo o marido. Ele descreve a rotina doméstica diária argumentando que todas as atividades precisam ser encadeadas e bem feitas, pois se umas delas sair errada, todas as outras são prejudicadas. Diz que, quando levanta-se pela manhã, já tem na cabeça tudo o que precisa ser feito. Enquanto cozinha o feijão, lava a roupa e assim por diante. Tudo tem que funcionar bem, senão os filhos correm o risco de ir para a escola sem almoço. Chega a defender que a mulher deva ter um salário por seu trabalho doméstico.

Para ele, a maioria dos homens do bairro não executa qualquer atividade doméstica em função do “*machismo*”, “*prá eles é uma ofensa*” Preferem, mesmo desempregados, circular pelos bares, assistir televisão, sentar nas calçadas, enfim, segundo ele, “*aqui é cheio de mandrião.*”⁴

Conforme diz, não suporta ver sua esposa “*se matar de trabalhar*” e ele não fazer coisa alguma. Tenta explicar que tem “*um carinho*” por ela que faz com que ele se preocupe em não deixar que se sobrecarregue mais do que o necessário. São atividades que precisam ser feitas, como a limpeza da casa, a lavação da roupa, a comida. Assim, não importa quem as faz, apenas precisam ser realizadas para que a família sobreviva e continue funcionando bem.

Com o crescimento das filhas mais velhas, agora pré-adolescentes, ele tem passado a delegar-lhes muitas destas atividades, repetindo, mais uma vez, a divisão sexual do trabalho na família, que atribui às mulheres a responsabilidade pelos cuidados da casa.

Para o casal, é melhor que um deles encarregue-se do cuidado dos filhos do que deixá-los ao encargo de creches ou pessoas estranhas remuneradas para este fim. Aliados à precária condição econômica, outros fatores associam-se aqui. Observando outras crianças da vizinhança que freqüentam a creche do bairro e analisando sua própria experiência com uma das filhas mais velhas, concluíram que os cuidados proporcionados pela instituição deixam muito a desejar. A alimentação é ruim e as crianças contraem gripes e outras doenças com muita freqüência.

Valores fundamentais associam-se neste campo, como a importância da família, da manutenção da família coesa, a importância dos cuidados e da presença parental garantindo um desenvolvimento sadio dos filhos e assim por diante. A fala do pai a respeito dos “*moleques de rua*” denota impregnação pelo ideário da elite. Para ele, moleque de rua é

⁴ O termo “mandrião” é muito utilizado pelos descendentes de açorianos e, atualmente, disseminado pelas classes subalternas. Refere-se ao indivíduo que não trabalha, sendo sustentado por outros. Ou ainda, àqueles que não se esforçam além do mínimo necessário à manutenção da própria vida.

aquele “*que a mãe não liga, não liga se toma banho, se come, se dorme de roupa suja, se estuda. Até prefere que fique na rua*” Essa concepção intercala-se com sua prática que instaura mecanismos de controle sobre os filhos, na tentativa de garantir que permaneçam nos domínios da casa e do terreno, longe da influência da rua.

A troca de escola parece seguir critérios semelhantes. Vêm a escola anterior como mais “*fraca*”, “*desorganizada*”, local de trânsito de pessoas “*perigosas*” (referindo-se ao acesso de adolescentes tidos como “*marginais*”). Como mantêm a crença de que “*é preciso estudo*” para ser alguém na vida, insistem para que os filhos permaneçam na escola, buscando um ensino de melhor qualidade. Esta crença associa-se a critérios de ordem pragmática. Como ambos os pais estudaram apenas até a 5ª série, argumentam que a disponibilidade de trabalho para eles é reduzida: “*Hoje até para pegar emprego em supermercado, eles preferem os que têm 1º grau completo*”; “*se não tem estudo, só sobra serviço pesado*” Não argumentam, portanto, pela possibilidade de ascensão social ou melhoria significativa de padrão de vida. Definem sua prática pedagógica neste campo a partir de indicadores práticos, decorrentes de sua própria experiência. O alcance de uma maior escolaridade para os filhos constitui-se em uma das metas perseguidas pelo casal, como parece acontecer com inúmeras outras famílias das classes subalternas.

Todos os argumentos que tecem parecem oriundos de uma vivência pessoal entrecruzada com observações acerca da realidade mais ampla. Não problematizam qualquer situação de trabalho para além dos aspectos vivenciais imediatos.

As estratégias do casal, no entanto, não se caracterizam apenas como estratégias de sobrevivência. Trata-se de arranjos conscientemente obtidos e acordados entre os dois, visando o alcance das metas por eles determinadas. Essas metas encontram seu suporte nas vivências e significações que ambos imprimiram às primeiras.

A partir da análise da história de vida do cônjuge masculino, da qual destaquei alguns dados para apresentar aqui, alguns elementos

fundamentais podem ser identificados na tentativa de reconstrução do percurso de elaboração de sentidos próprios às situações e à experiência.

Em primeiro lugar, assinalamos uma vida marcada pela precariedade material, mas não caracterizada pela miséria absoluta. Do ponto de vista das figuras familiares, podemos identificar figuras femininas fortes, com influência significativa no cotidiano do grupo doméstico. A mãe, que sempre trabalhou fora em três turnos de atividades; a irmã mais velha, que assumia a lida doméstica no lugar da mãe e que solicitava a ajuda do irmão; a irmã mais nova, que perdeu as pernas em acidente de motocicleta e mantém uma vida ativa, substituindo a irmã mais velha que se casou. O pai, soldado reformado por problemas de saúde mental, permanece em casa, impregnado por medicamentos, levando uma vida ociosa. Quando mais novo e mais ativo, era excessivamente violento com os filhos, além de freqüentemente ter casos com outras mulheres. O filho relata que chegava a odiá-lo e que nunca quis ser como ele. Os outros filhos homens dedicam-se a trabalhar e não dividem com suas companheiras qualquer tarefa doméstica. Três deles permanecem na moradia dos pais, não auxiliando, nem sequer em termos financeiros, na manutenção da casa.

Maurício abandonou a escola antes de completar o 1º grau e, sem qualquer ocupação definida, passava os dias na rua, em turmas de amigos, nas festas, na praia. Desenvolveu um forte sentimento de autonomia associado a uma vontade de constituir vida própria, ter seu “*próprio canto*”, “*se liberar*”, conforme relata.

Aos dezesseis anos, a companheira engravidou e ambos resolveram assumir a situação e passaram a morar juntos. Este fato, aparentemente, facilitou a realização de seu desejo de sair de casa e construir sua própria vida. Apesar de enfrentar resistências, principalmente por parte de sua mãe, que argumentava que ele era “*de menor*” e que “*não precisava assumir*” Maurício resolveu morar com a companheira e registrar a filha.

Durante os quatorze anos de vida em comum, as lutas para garantir a sobrevivência da família e o alcance dos objetivos acordados pelo casal são partilhados por ambos. Elaboram estratégias para atingir suas metas e intercambiam atividades e funções.

Valores fundamentais como o da coesão familiar, o da importância das figuras parentais para o bom desenvolvimento da prole, o da organização doméstica, o da preservação da dignidade e da autonomia da família são compartilhados pelos cônjuges e funcionam como ordenadores da vida familiar. Estes valores aparentemente inscrevem-se em um ideário de família nuclear burguesa. É preciso, então, entendermos duas questões aqui.

A primeira diz respeito à circularidade de idéias entre as classes sociais e à polissemia do discurso. As idéias produzidas em uma determinada classe circulam amplamente e são apropriadas por indivíduos pertencentes a outras camadas sociais, em um complexo processo de acomodação e resistência. Assim, as “palavras alheias” findam por tornar-se “palavras próprias”, como o mostra Bakhtin (1981), de tal forma que torna-se praticamente impossível determinar-lhes a origem última.

A segunda questão tem relação com o fato de que todos os homens têm o direito de aspirar melhor qualidade de vida, e que é preciso não deixar que se instaure a idéia perversa de que, se membros das classes subalternas aspiram um modo-de-viver conquistado pelas elites, o fazem necessariamente a partir de uma consciência alienada. Trata-se de uma aspiração legítima por uma vida melhor, menos árdua, menos pesada para si e para seus filhos.

O fato de o casal ter valores e metas em comum no sentido do alcance dessas melhorias, constitui-se em condição de possibilidade para a implantação de estratégias que incluem a alteração dos padrões convencionais de divisão sexual do trabalho na família.

Uma breve discussão

Na trama dialética em que a realidade social e o sujeito individual implicam-se mutuamente, a mediação semiótica exerce um papel fundamental. A linguagem e os fenômenos de natureza representacional, incluindo aqui as significações atribuídas pelo sujeito (que nunca são de natureza individual, ou seja, as significações têm sua gênese inscrita no

social), funcionam como determinantes do processo de constituição do mundo interno a partir das interações do sujeito.

É importante considerar que a linguagem enquanto fenômeno inalienavelmente social implica determinações de classe. É freqüente, por exemplo, tematizarmos a cultura das classes populares e seu conteúdo simbólico como meros reflexos daqueles produzidos pelas classes dominantes, como uma recusa destes ou, ainda, como marginais a eles. Ora, em se considerando as classes sociais como relações dinâmicas e históricas e não como entidades estáticas e desvinculadas umas das outras, podemos pensar na “circularidade” das idéias entre as classes. Esta circularidade quer dizer que, apesar do fato de cada nova classe dominante ser compelida a dar às suas idéias o caráter de universalidade, representando-as como as únicas racionais e universalmente válidas (Marx, 1983), as classes subalternas resignificam os padrões da cultura dominante. Apropriam-se das pautas culturais à sua maneira. Neste sentido, tem-se um amálgama de significações e sentidos decorrente do intercruzamento dos conteúdos produzidos nas lutas de interesses muitas vezes contraditórios.

Bakhtin (1981) tematiza bem esta circularidade entre as culturas de classes antagônicas. Além deste aspecto, ele nos auxilia a compreender também a questão da internalização, enquanto internalização de significações. Segundo ele, no movimento da constituição da consciência individual, as “palavras alheias” se tornam “palavras próprias alheias” até transformarem-se em “palavras próprias”, de tal modo que já não se tem noção imediata de sua origem.

Quando o cômico masculino fala do “*machismo*” e dos “*moleques de rua*”, deixa transparecer em seu discurso as falas de inúmeros outros que partilharam e partilham sua existência. “*Ninguém faz a minha cabeça*”, chega a afirmar, desconhecendo que o sujeito constitui-se na relação com os outros e, nesse processo, a singularidade é indissociável da intersubjetividade. As ações dos outros não estabelecem determinadamente as ações e os conhecimentos do sujeito, mas são constitutivas deste. Ao mesmo tempo, o sujeito constitui a realidade social e as ações dos outros através de uma gama de possibilidades e limites.

Uma das maiores dificuldades com relação à investigação neste campo reside em como nós, oriundos de outros estratos sociais, podemos alcançar os que pertencem às classes populares. Conforme muitos trabalhos o demonstram, estamos habituados a interpretar o discurso produzido pelo chamado “povo” como composto por um código “restrito”, ao invés de conciso, e enriquecido pela expressividade do gesto.⁵ Esta restrição, sinônimo de pobre, limitado, inferior, em nosso ideário, nada mais é do que a nossa própria restrição interpretativa, fruto de nossa própria alienação.

É importante considerar, ainda, as diferenças regionais. O cônjuge masculino, por exemplo, mostra-nos o linguajar típico do ilhéu descendente de açorianos, com seus maneirismos, ritmos e expressões peculiares. O uso do diminutivo, a repetição de palavras, o “não” como forma de iniciar frases, o “não tem” como término, termos como “mandrião” (o ocioso que passa os dias perambulando pelos bares e vive às custas de outrem), “machorra” (a mulher com características masculinas), e assim por diante, estão presentes em seu discurso. Da mesma forma, estão presentes expressões provenientes de outros campos discursivos marcadas por significações próprias como: “liberal” e “playboy”. Esse linguajar típico não se constitui meramente em uma forma de comunicação diferente. Trata-se de um código que inclui significações próprias atribuídas às palavras a partir da vivência de classe e de grupo social.

No discurso entrecortado do casal fica visível o esforço empreendido para alcançar suas metas. Estas inscrevem-se numa trajetória marcada pela memória de um passado pautado por privações, por um presente comum ainda sensivelmente afetado pela opressão e pela perspectivação de um futuro melhor, para si e seus filhos.

⁵ Esta discussão é realizada de forma extremamente pertinente por M. Chauí, *Conformismo e resistência*, 1989, bem como em outra obra sua: *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*, 1982. Em ambos, a autora menciona análises efetuadas por Ecléa Bosi sobre a questão aqui colocada. Desta última autora podemos citar, entre outros: *Leituras de operárias*, 1972 e *Memória e sociedade: lembranças de velhos*, 1979.

A ambigüidade própria ao sujeito em particular, ao casal e à realidade social torna-se objetivada nas práticas efetivas. Estas ambigüidades, entretanto, longe de serem fatores marcados pelo vetor negativo em si mesmas, expressam todo o caráter dinâmico desta trama. No processo de individualização do sujeito no contexto cultural, ele é e não é o espelho da realidade social: é na medida em que é determinado socialmente e não é porque, enquanto indivíduo (individualiza-se), é uma negação dela. O processo de socialização é contraditoriamente o processo de individualização.

É na análise do cruzamento das histórias dos sujeitos que compõem o casal, imersos em seu contexto sócio-cultural, que podemos encontrar os sentidos/significações que imprimiram às experiências passadas, sentidos estes que funcionam como determinantes das experiências presentes, num processo complexo de sobredeterminação que direciona as possibilidades futuras.

Assim, a constituição da identidade de gênero, inscrita nas trajetórias singulares destes sujeitos, ancora-se nas significações construídas por eles, imersos em suas famílias de origem e essas, por sua vez, em uma determinada classe social de uma sociedade situada no tempo e no espaço. As relações que estabeleceram com os pais e com os irmãos, além de relações familiares específicas nesse campo, repassaram e possibilitaram determinados sentidos de masculino e feminino. É importante salientar que não se trata de uma mera reprodução de sentidos e práticas, mas, sim, de uma apropriação ativa por parte desses sujeitos que modificam, em parte, as pautas sociais estabelecidas. Essa apropriação, realizada na interrelação desses sujeitos, implica na internalização destas pautas, basicamente através da internalização dos significados das relações.

Para compreendermos esta trama, portanto, faz-se necessário um constante ir e vir interpretativo entre as várias esferas da realidade sócio-histórica em que estes sujeitos estão inseridos, ou seja, do individual ao social e vice-versa, em seus distintos níveis de atuação.

Em uma sociedade profundamente marcada pela estratificação, a categoria classe social jamais pode ser desconsiderada, sabendo-se, entre-

tanto, que conteúdos simbólicos oriundos das distintas classes são recompostos de várias formas, constituindo um amálgama em que valores e representações de origem social diversificada encontram-se, por vezes, superpostos, resultando num complexo universo simbólico em que elementos contraditórios coexistem, gerando práticas e enunciados ambíguos.

Neste sentido, a ambigüidade deve ser incluída como categoria analítica que pode dar conta da complexidade de práticas e mentalidades correlatas que continuam funcionando tanto no nível do sujeito individual, quanto no nível da realidade social mais ampla.

Quando nosso sujeito parece avançar, na medida em que assume atividades consideradas femininas no campo doméstico, isso não quer dizer que o faça homogeneamente. Ao argumentar “*Viado eu não sou! Eu tenho seis filhos!*”, relaciona a masculinidade com a paternidade de forma inquestionável. Entretanto, é a mesma relação encontrada, no nível de senso-comum, no que diz respeito à feminilidade. Apesar de sua inovação no campo do trabalho doméstico, continua entendendo, por exemplo, o fato de um homem ter mais de uma mulher ao mesmo tempo como parte da natureza do masculino: “*Tá no sangue*”, ele defende-se. Para além da esfera do trabalho, também mantém as representações tradicionais como norteadoras de sua ação quando, por exemplo, nega às filhas o direito de se envolverem com brincadeiras percebidas como masculinas.

Desconsiderar seus pequenos avanços cotidianos, no entanto, é desconsiderar o caráter dinâmico e contraditório da própria realidade e pensá-la linearmente em termos de progressos, tendo como diretriz uma meta pré-determinada, ou seja, é manter a análise restrita a um paradigma positivista e teleológico.

Finalizo, portanto, com a defesa da impossibilidade de pensarmos/problematizarmos o masculino e o feminino no singular. A constituição da identidade masculina, bem como da feminina, é entendida, então, como um complexo processo dialético em que as biografias individuais entrecruzam-se com as pautas sociais historicamente construídas, onde o sujeito interativo imprime significações singulares às suas ações no mundo, ações essas inscritas em um cenário de alternâncias,

confrontos e superações com os outros significativos que compõem o seu universo vivencial. Assim, masculinidades e feminilidades constituem-se em práticas múltiplas e mentalidades correlatas, oriundas de fontes diversas, assumindo um caráter dinâmico e polimorfo em contínua transformação.

SIQUEIRA, M.J.T. The Shaping of Masculine Identity: Some Points for Discussion. *Psicologia USP, São Paulo*, v.8, n.1, p.113-130, 1997.

Abstract: Through the presentation of some facts taken from a study made about a lower class urban family and its origins, this article aims to identify the elements which contribute in the shaping of gender identity more specifically the masculine identity. This family was chosen for having, at least temporarily, an inversion in the sexual division of labor : the husband, who was unemployed, was responsible for household chores and caring for the children, while the wife, who was working outside of the home, was responsible for supporting the family unit. The social / historical approach helps us understand the subject in question, through and in its social relations. In an analogical fashion, we use this approach to discuss the constitution of masculinity and femininity

Index terms: Masculinity. Gender identity. Division of labor. Household management. Family.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARANTES, A.A. et al. *Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. Campinas, UNICAMP, 1994.
- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. 2.ed. São Paulo, Hucitec, 1981.
- BOSI, E. *Leituras de operárias*. Petrópolis, Vozes, 1972.
- BOSI, E. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo, T. A. Queiroz, 1979. (Biblioteca de Letras e Ciências Humanas. Estudos Brasileiros, v.1)

- CHAUÍ, M. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. 3.ed. São Paulo, Brasiliense, 1989.
- CHAUÍ, M. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo, Moderna, 1982.
- DURHAM, E. Família e reprodução humana. In: *Perspectivas antropológicas da mulher*. Rio de Janeiro, Zahar, 1983. v.3, p.13-44.
- LEONTIEV A. *O desenvolvimento do psiquismo*. Lisboa, Horizonte Universitário, 1978.
- MARX, K. Manuscritos econômicos e filosóficos. In: FROMM, E. *O conceito marxista do homem*. Rio de Janeiro, Zahar, 1983.
- MELLO, S.L. Pensando o cotidiano em ciências sociais: identidade e trabalho. *Cadernos CERU*, série 2, n.5, p.23-31, 1994.
- OLIVEIRA, Z.M.R. Interações sociais e desenvolvimento: a perspectiva sócio-histórica. *Cadernos CEDES*. Implicações pedagógicas do modelo histórico-cultural, n.35, p.51-63, 1995.
- PINO, A. O conceito de mediação semiótica em Vygotsky e seu papel na explicação do psiquismo humano. *Cadernos CEDES*. Pensamento e linguagem: estudos na perspectiva da psicologia soviética, n.24, p.32-43, 1991.
- VYGOTSKY, L.S. *Pensamento e linguagem*. São Paulo, Martins Fontes, 1987.
- WALLON, H. *A evolução psicológica da criança*. Lisboa, Editorial Setenta, 1981.